

AS MULHERES RURAIS E A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DO ECOFEMINISMO E DA SUSTENTABILIDADE

RURAL WOMEN AND THE STRUGGLE FOR GENDER EQUALITY IN BRAZIL: AN ANALYSIS CONSIDERING ECOFEMINISM AND SUSTAINABILITY

LAS MUJERES RURALES Y LA LUCHA POR LA IGUALDAD DE GÉNERO EN BRASIL: UN ANÁLISIS A LA LUZ DEL ECOFEMINISMO Y DE LA SOSTENIBILIDAD

Marli Marlene Moraes da Costa¹
Stéffani das Chagas Quintana²

Resumo

O presente artigo procura analisar sobre os desafios das mulheres rurais frente à luta pela igualdade de gênero no país, a partir do ecofeminismo, que se refere a uma vertente do movimento feminista em luta da justiça ambiental e pelo fim da cultura patriarcal, sexista e machista que secularmente fomenta a desigualdade de gênero no país e no mundo, visando responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira o ecofeminismo impacta na sustentabilidade e na qualidade de vida das mulheres rurais? Na pesquisa foi aplicado o método de abordagem dedutivo e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Ademais, foram escolhidos dois objetivos específicos para a realização da pesquisa, sendo (i.) analisar os desafios das mulheres rurais no Brasil frente ao desenvolvimento sustentável e (ii.) abordar sobre a luta pela igualdade de gênero no país, a partir do olhar do ecofeminismo.

Palavras-chave: ecofeminismo; igualdade de gênero; mulheres rurais.

Abstract

This article seeks to analyze the challenges faced by rural women in the struggle for gender equality in the country. This struggle is based on ecofeminism, which refers to a branch of the feminist movement that fights for environmental justice and an end to the patriarchal, sexist and macho culture that has promoted gender inequality in the country and the world for centuries. The objective is to answer the following research question: How does ecofeminism affect the sustainability and quality of life of rural women? The research used a deductive approach with bibliographic and documentary research techniques. In addition, two specific objectives were chosen for the research, namely (i.) to analyze the challenges faced by rural women in Brazil in terms of sustainable development and (ii.) to address the struggle for gender equality in the country from the perspective of ecofeminism.

Keywords: ecofeminism; gender equality; rural women.

Resumen

¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com Pós-doutorado em Direitos Sociais pela Universidade de Burgos-Espanha, com Bolsa Capes. Professora da Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-RSUNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas. MBA em Gestão de Aprendizagem e Modelos Híbridos de Educação. Especialista em Direito Processual Civil. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar Sistêmica. Membro do Conselho Consultivo da Rede de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Membro do Núcleo de Estudos Jurídicos da Criança e do Adolescente – NEJUSCA/UFSC. Membro do Conselho Editorial de inúmeras revistas qualificadas no Brasil e no exterior. Autora de livros e artigos em revistas especializadas. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3841-2206>. E-mail: marlim@unisc.br

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC na linha de Políticas Públicas de Inclusão Social, com bolsa PROSUC/CAPES na modalidade I. Pós-graduada em Direito da Mulher pela Faculdade Legale. Pós-graduada em Direito do Trabalho pela Faculdade Dom Alberto. Bacharela em Direito pela Faculdade Dom Alberto. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Políticas Públicas, vinculado ao PPGD/UNISC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6510-827X>. E-mail: steffaniquintana@hotmail.com

El presente artículo analiza los desafíos de las mujeres rurales delante a la lucha por la igualdad de género en el país, desde el ecofeminismo, que se refiere a una perspectiva del movimiento feminista en lucha por la justicia ambiental y por el fin de la cultura patriarcal, sexista y machista, que secularmente fomenta la desigualdad de género en el país y en el mundo, con el fin de contestar al siguiente problema de investigación: ¿de qué manera el ecofeminismo impacta en la sostenibilidad y en la calidad de vida de las mujeres rurales? En la investigación se aplicó el método de abordaje deductivo y las técnicas de investigación bibliográfica y documental. Asimismo, se eligieron dos objetivos específicos para la realización de la investigación, siendo (i) analizar los desafíos de las mujeres rurales en el Brasil delante al desarrollo sostenible y (ii) desarrollar acerca de la lucha por la igualdad de género en el país, desde la mirada de ecofeminismo.

Palabras clave: ecofeminismo; igualdad de género; mujeres rurales.

1 Introdução

Embora as mulheres rurais tenham conquistado diversos direitos de cidadania, principalmente por meio de lutas e mobilizações para o reconhecimento do seu trabalho rural, sindicalização, autonomia e outros, e desempenharem um papel fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, são muitas as dificuldades até agora enfrentadas para se alcançar a igualdade de gênero no âmbito rural. Nesse sentido, o artigo procura analisar sobre os desafios das mulheres rurais frente à luta pela igualdade de gênero no país, a partir dos estudos sobre o ecofeminismo, que une questões ambientais e de gênero.

Ressalta-se que as mulheres que vivem em áreas rurais possuem um papel essencial para a agricultura, produção de alimentos e para o cuidado do meio ambiente. Contudo, enfrentam inúmeros desafios, incluindo as dificuldades para acesso aos recursos, as desigualdades e discriminações de gênero, assim como a falta de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Assim, levando em consideração que o ecofeminismo une a luta pela igualdade de gênero juntamente com a preservação da natureza e do meio ambiente, busca-se responder nesse estudo o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o ecofeminismo impacta na sustentabilidade e na qualidade de vida das mulheres rurais?

Enquanto hipótese, elenca-se que a relação entre o ecofeminismo e as mulheres rurais demonstra a importância do reconhecimento e da valorização do trabalho, além do conhecimento das mesmas a respeito das práticas agrícolas sustentáveis, da conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, das mudanças climáticas e outras demandas, sendo imprescindível que seja promovida a igualdade de gênero, a autonomia das mulheres rurais e o desenvolvimento sustentável no âmbito rural a partir de políticas e programas executados de maneira efetiva.

Justifica-se a escolha da presente temática em razão da sua atualidade e da necessidade urgente de se incluir um olhar específico para as mulheres rurais, principalmente ante as inúmeras violações de direitos que são expostas, além de muitas das vezes continuarem sendo

invisibilizadas na sociedade. Para a realização da pesquisa foi aplicado o método de abordagem dedutivo, da mesma forma que foram aplicadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de documentações indiretas e artigos científicos, livros e outras obras.

Ademais, foram escolhidos dois objetivos específicos para a realização da pesquisa, os quais representam cada um dos tópicos trabalhados a seguir, sendo eles: (i.) analisar os desafios das mulheres rurais no Brasil frente ao desenvolvimento sustentável e (ii.) abordar sobre a luta pela igualdade de gênero no Brasil, a partir do olhar do ecofeminismo.

2 Os desafios das mulheres rurais no Brasil frente ao desenvolvimento sustentável

Ao longo da história brasileira é possível observar que as mulheres, por muito tempo, foram privadas do acesso pleno aos seus direitos fundamentais, verificando a presença de ideais machistas, androcêntricos e patriarcais até a atualidade, principalmente em razão das desigualdades e estereótipos de gênero, das discriminações, violações de direitos e das dificuldades de acesso aos direitos, que ainda persistem. Todas essas barreiras se manifestam de maneira ainda mais intensa no âmbito rural, sendo que a desigualdade de gênero no campo pode ser observada por meio da precariedade nos serviços de saúde, da falta de reconhecimento, do trabalho não remunerado, além de inúmeras dificuldades para acesso aos direitos e recursos produtivos.

Foi somente a partir de 1970 que as lutas e os movimentos de mulheres passaram a se expandir visando a construção de estratégias e de mecanismos para a conquista e a garantia dos seus direitos (Santos, 2019). A partir do cenário identificado na década de 1980, as manifestações desenvolvidas pelas mulheres rurais foram cada vez mais se destacando, buscando o reconhecimento do seu trabalho e dos seus direitos (Aguiar, 2016), sendo nesse mesmo período que, as primeiras políticas públicas voltadas para a questão de gênero, foram implementadas no Brasil (Santos, 2019). Nesse contexto, cada vez mais as mulheres rurais passaram a reivindicar os seus direitos, buscando a igualdade e reconhecimento, destacando movimentos como a Marcha das Margaridas, que promoveu, e promove, grandes contribuições para as demandas das mulheres do campo, da floresta e das águas, para a agricultura familiar, segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

Contudo, embora sejam verificados avanços, as práticas discriminatórias e as dificuldades de acesso a serviços básicos e de garantia dos direitos fundamentais ainda persistem, como é o fato de que as mulheres rurais, mesmo realizando um trabalho árduo e de

fundamental importância para a sustentabilidade, ainda são tratadas apenas como uma “ajudante” dos homens de sua família, limitando-se o acesso aos seus direitos trabalhistas ou filiação aos sindicatos e outros direitos. Além da invisibilidade das mulheres rurais, as discriminações de gênero e a desvalorização do trabalho foram marcas contundentes nessa relação por muito tempo, e ainda são perpetuadas pelo próprio contexto patriarcal e machista.

As mulheres trabalhadoras rurais desempenham uma função essencial na agricultura, principalmente quando analisado pela ótica da segurança alimentar e nutricional, assim como frente ao gerenciamento de recursos naturais, liderança e ações comunitárias (A mulher..., 2022), além do importante papel frente à agricultura familiar. Elas podem ser consideradas como as responsáveis por grande parte da produção de alimentos do mundo, além da sua importante atuação na preservação da biodiversidade e na garantia da segurança alimentar por meio da produção de alimentos considerados saudáveis (Bojanic, 2017).

Contudo, as referidas mulheres ainda são diariamente expostas a diferentes formas de desigualdades, seja social, política ou econômica, não possuindo acessos aos seus direitos, assistências técnicas ou formalizações a respeito de suas terras (Bojanic, 2017). As desigualdades, estereótipos e preconceitos de gênero são historicamente e estruturalmente reproduzidos pelos gestores públicos e até mesmo pelas próprias famílias, especialmente relacionando o trabalho das mulheres rurais com o âmbito privado (Brasil, 2005). Sendo assim, a inserção das mulheres no cenário econômico brasileiro é marcada pela pobreza, assim como, pela invisibilidade, já que grande parte da jornada de trabalho dessas é identificada como sendo um trabalho doméstico ou um auxílio ao “chefe de família” (Brasil, 2005).

Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos analisa que no 4º trimestre de 2022 quanto à força de trabalho exercida por mulheres no ambiente rural se “somou 3,8 milhões, sendo que 3,4 milhões estavam ocupadas e 326 mil, desocupadas” (Dieese, 2023, p. 1). Importante demonstrar que dos 3,8 milhões de mulheres ocupadas, 1.181 mil estavam ocupadas com uma atividade agrícola, sendo que, por exemplo, 553 mil se relacionavam com atividades de educação, saúde e serviços sociais e 520 mil com trabalhos domésticos. Além disso, no mesmo período, verificou-se que a remuneração média percebida pelas mulheres no âmbito rural foi, aproximadamente, 20,0% menor que a recebida pelos homens (Dieese, 2023).

Os dados indicam que as diferenças de gênero quanto à participação e ocupação do mercado de trabalho no âmbito rural são ainda mais agravadas (Bárcena, 2019), da mesma forma, as estatísticas subestimam a contribuição do trabalho feminino produtivo (Herrera,

2012) e confirmam as desigualdades e vulnerabilidades das trabalhadoras rurais (Dieese, 2023). É importante destacar que o trabalho da mulher rural vai muito além do que apenas o trabalho no campo, na floresta ou nas águas, envolvendo também o trabalho no lar, o trabalho na agricultura, atividades agrícolas no quintal, trato aos animais e outras tarefas, que acabam não sendo consideradas, nem contabilizadas monetariamente (Heredia; Cintrão, 2006).

Nesse sentido, identifica-se que as desigualdades de gênero acabam provocando dificuldades para o reconhecimento do protagonismo das mulheres rurais, principalmente a partir da distribuição desigual de recursos e poder, que também é insustentável perante o desenvolvimento. Ainda que existam inúmeros desafios, enfatiza-se que as mulheres rurais, principalmente a partir do seu trabalho, de suas lutas e reivindicações, objetivam que seus direitos e garantias sejam reconhecidos e efetivamente assegurados.

A partir do seu papel fundamental para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, visando à transformação social, atua na busca de um novo paradigma sobre o desenvolvimento na zona rural e empoderamento das mulheres rurais (Cedeño, 2019), por meio dos seus objetivos para o desenvolvimento sustentável. Dentre aos 17 objetivos, identifica-se a abordagem a respeito da erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, o trabalho decente e crescimento econômico, a respeito da indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, além de parcerias e meios de implementação (IBGE, 2023).

Diante disso, por meio de uma breve análise sobre os desafios das mulheres rurais frente ao desenvolvimento sustentável, será abordado sobre a luta pela igualdade de gênero no Brasil, a partir do olhar do ecofeminismo.

3 Ecofeminismo: a luta pela igualdade de gênero no Brasil e as mulheres rurais

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso I, aduz que todos são iguais em seus direitos e obrigações, não devendo haver distinções de qualquer natureza e sendo garantida a inviolabilidade do direito à igualdade (Brasil, 2023). Contudo, ainda que existam instrumentos legais que visem promover a igualdade entre os gêneros, a realidade vivenciada pelas mulheres ainda é um desafio constantemente marcado pelo machismo, patriarcado, desigualdades, violências e discriminações. Essa disparidade observada entre a legislação vigente e a prática

demonstra a perpetuação de estruturas machistas e patriarcais na sociedade brasileira, o que influencia diretamente na qualidade de vida das mulheres.

No caso das mulheres rurais, há um desequilíbrio na distribuição de poder e atividades laborais entre homens e mulheres. São elas que realizam uma tripla jornada de trabalho e, ainda, exercem o papel do cuidado dos filhos e pessoas idosas. A estrutura hierarquizada da comunidade é um dos grandes desafios que ainda persistem, principalmente em busca de concretizar os princípios e os valores defendidos pelo movimento do ecofeminismo. Destaca-se que a luta pela igualdade de gênero pelas mulheres rurais começou a partir dos anos 1970, com as primeiras mobilizações que foram realizadas pela luta de terra e outros direitos (Brumer, 2004). Diante desse cenário, houve a formação de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Marcha das Margaridas, além da formalização de documentos e outros (Brumer, 2004).

Ainda assim, apesar dos avanços e dos direitos já conquistados, conforme já visto, as desigualdades de gênero se perpetuam no tempo, dificultando o acesso das mulheres rurais a seus direitos de cidadania, entre os quais se incluem a valorização e a inclusão. A partir da década de 1970, o ecofeminismo passou a orientar diversos movimentos feministas e ambientalistas, unido à temática da natureza com as mulheres. Essa escola de pensamento passou a ser considerada como uma corrente que analisa o protagonismo das mulheres frente ao próprio movimento ambientalista (Siliprandi, 2000). Visto isso,

O ecofeminismo, como uma corrente de pensamento que procura incorporar a visão das mulheres às discussões acerca da problemática ambiental, pode trazer a este campo várias contribuições inovadoras, à medida que chama a atenção para aspectos que não costumam ser considerados nas políticas de desenvolvimento, tais como as implicações que determinadas atividades econômicas têm sobre as condições de vida e trabalho das mulheres, assim como sobre outros segmentos da população (populações tradicionais, indígenas etc). Ao dar importância para o que não era “economicamente relevante”, tais como a cultura local, a qualidade de vida, os valores das populações-alvo dessas políticas (que passam despercebidos nas estatísticas oficiais), ajuda a questionar visões de desenvolvimento baseadas unicamente em critérios como renda, produção, produtividade (Siliprandi, 2000, p. 68).

O ecofeminismo também realiza uma crítica a respeito de modelos de desenvolvimento com relação a causas estruturais, envolvendo a pobreza, destruição do meio ambiente etc., ao mesmo tempo em que enfatiza as ações que visam à recuperação ambiental, a segurança alimentar e outras demandas necessárias para a promoção de um desenvolvimento sustentável (Siliprandi, 2000). Dessa forma, o ecofeminismo dispõe de uma abordagem interseccional para enfrentar os desafios das mulheres rurais, principalmente a partir do reconhecimento das opressões de gênero e a sua relação com a degradação do meio ambiente.

Cabe destacar que no ecofeminismo existem diferentes correntes, espiritualistas e materialistas, assim como próximas ao essencialismo ou ao construtivismo (Siliprandi, 2009). Nesse contexto, Emma Siliprandi destaca que

As propostas do ecofeminismo construtivista reconhecem a necessidade da organização da mulher enquanto sujeito político que tem especificidades nas lutas sociais e, particularmente nas questões ambientais, considerando-se igualmente os demais coletivos oprimidos. Resgatam, assim, a linguagem dos direitos e da igualdade como norteadora dessa luta, na qual não pode haver espaço para nenhum tipo de essencialismo ontologizante (conforme Alicia Puleo, 2008). Para essa corrente, as alianças entre os movimentos feministas e ecologistas teriam que se dar a partir de alguns pressupostos, entre eles, o do reconhecimento mútuo de que a igualdade em termos de dignidade e direitos entre homens e mulheres é imprescindível e o da necessidade de posturas responsáveis da humanidade diante do meio natural e dos demais seres vivos. Essas seriam as condições para a construção de utopias em que feminismo e ecologismo teriam um papel fundamental. (Siliprandi, 2009, p. 142).

Levando em consideração que mesmo que as mulheres rurais estejam presentes diariamente na realização de atividades essenciais para a agricultura familiar ou em trabalhos no campo, nas florestas e nas águas, ainda não são reconhecidas. É necessário que a luta pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento e garantia de seus direitos prospere e é nesse sentido que, buscando promover o desenvolvimento sustentável, surgem correntes que aspiram igualdade de gênero e autonomia das mulheres rurais, como é o caso do ecofeminismo.

4 Considerações finais

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres rurais em questões atinentes a sua realidade social e cultural, e, também sobre o quanto os resquícios de uma cultura patriarcal, machista e sexista, foram, e continuam sendo, prejudiciais para o avanço e conquista dos direitos de cidadania dessas. A partir disso, uma das diretrizes do movimento ecofeminista busca o equilíbrio nessa estrutura hierarquizada de poder na comunidade, objetivando fortalecer e potencializar a sustentabilidade, assim como promover a justiça social, econômica e ambiental, a partir da emancipação das mulheres e da preservação ambiental.

Diante da união do movimento ecofeminista com as demandas das mulheres rurais, é possível pensar um movimento mais amplo e inclusivo, que objetive além da justiça de gênero, a proteção do meio ambiente, resultando em um cenário mais igualitário e sustentável. Contudo, os resultados levam a conclusão de que, mesmo com indicadores positivos a respeito da relação entre questões de gênero e sustentabilidade, ainda há muito que evoluir. Para isso, não basta apenas que haja a implementação efetiva de políticas e ações que tendam a uma igualdade de

gênero e ao desenvolvimento sustentável no âmbito rural, mas também uma transformação em torno das relações de poder e na promoção de uma cultura baseada em igualdade, respeito e cooperação.

Trata-se de um processo lento, uma vez que se refere à necessidade de criação de um novo paradigma comportamental cujos resultados conduzam a outras perspectivas em busca soluções, capazes de estabelecer uma nova visão entre gênero, sociedade e natureza. Para além, considerando os desafios enfrentados pelas mulheres rurais em busca da igualdade de gênero no país, cabe destacar que essas exercem papéis fundamentais perante a sociedade e para o desenvolvimento sustentável no Brasil, tanto diante da segurança alimentar como da proteção da biodiversidade ou produção de alimentos, no entanto, são historicamente invisibilizadas, exploradas e excluídas.

As desigualdades de gênero, discriminações, estereótipos, violações de direitos e violências são desafios que ainda permeiam a realidade das mulheres no Brasil, sobretudo das mulheres rurais, foco do presente trabalho. Nesse cenário, abordando a sustentabilidade, a Agenda 2030, por meio de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, objetiva a transformação pelo alcance de metas, envolvendo a autonomia, a igualdade de gênero, a erradicação da pobreza, promoção de políticas públicas e outros, contribuindo de forma favorável, assim como os mecanismos legais já existentes.

Além disso, juntamente aos feminismos, surgem vertentes como o ecofeminismo, que se propõe atingir a igualdade de gênero e a autonomia, por exemplo, de mulheres rurais, atentando-se ao cenário ao qual estão inseridas, sobretudo, levando em consideração as questões de subordinação e machismo a qual estão expostas. Essa abordagem ecofeminista promove uma ampla compreensão entre questões de gênero e questões ambientais, de forma que se reconhece que as mulheres rurais enfrentam múltiplas formas de discriminação, desigualdades e exclusão, contribuindo para a emancipação feminina rural e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Portanto, é importante ressaltar sobre a necessidade de que as normas tradicionais enraizadas na sociedade brasileira, que perpetuam as desigualdades e as discriminações de gênero, sejam efetivamente rompidas, principalmente com o objetivo de promover o reconhecimento e o acesso pleno e igualitário das mulheres rurais aos seus direitos e garantias fundamentais. Atingir a igualdade de gênero no Brasil se trata de um desafio árduo, mas também se refere a um processo de lutas, envolvendo a educação, a conscientização, a busca pela inclusão das demandas em pautas de discussão pelos movimentos, pelas políticas públicas e

pelo Estado, em âmbito nacional e internacional, como vem sendo realizado constantemente pelas mulheres rurais.

Referências

A MULHER rural e seu papel fundamental na agricultura sustentável. **Entre Solos**, 15 out. 2022. Disponível em: <https://www.entresolos.org.br/a-mulher-rural-e-seu-papel-fundamental-na-agricultura-sustentavel/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 261-295, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 03 out. 2022.

BÁRCENA, A. Mulheres rurais e a agenda 2030 na América Latina e no Caribe: um olhar pelo mercado de trabalho. *In*: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Lutadoras: mulheres rurais no mundo**. 2. ed. San José, Costa Rica: IICA, 2019. Disponível em: <https://mulheresrurais.iica.int/secao1-AliciaBarcena.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

BOJANIC, A. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. **Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura**, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/es/c/1071672/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-debate-1/14-cirandas-do-pronaf-para-mulheres.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2023.

CEDEÑO, M. A mulher rural no desenvolvimento sustentável. *In*: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Lutadoras: mulheres rurais no mundo**. 2. ed. San José, Costa Rica: IICA, 2019. p. 31-35. Disponível em: [https://mulheresrurais.iica.int/pdf/IICA-LibroMujerRural-Portuguez-2019\(web\).pdf](https://mulheresrurais.iica.int/pdf/IICA-LibroMujerRural-Portuguez-2019(web).pdf). Acesso em: 08 out. 2023.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho. **Boletim Especial**, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheresRurais2023.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. C. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, v. 9, n. 8, p. 1-28, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 09 set. 2023.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 09 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2023. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>. Acesso em: 09 set. 2023.

SANTOS, A. O. **Cultivando Política Pública, Colhendo Autonomia**: Análise da Participação das Mulheres Agricultoras da Região Metropolitana de Santarém- PA no Programa Aquisição De Alimentos – PAA. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) — Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/105/1/Dissertacao_CultivandoPoliticaPublica.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.